



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 27

-----Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena**-----

----- **José Gonçalo Garradas Valente**-----

----- **António José dos Santos Gomes**-----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves**-----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives**-----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

#### -----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### -----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Proposta de Orçamento Municipal para o Ano de 2015-----

-----Mapa de Pessoal-----

-----Proposta de Acordo de Transação entre as Águas Públicas do Alentejo e a Câmara Municipal de Moura referente à dívida acumulada a 30/10/2014-----

#### -----**DIVISÃO CULTURAL, PATRIMÓNIO E DESPORTO**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de realização em Moura das XXII Jornadas sobre a Função Social do Museu, organizadas pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e a Câmara Municipal de Moura-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015 -----

-----DOC.01/27 -----

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe.-----

-----O Presidente deu início a este ponto tecendo algumas considerações acerca do documento em apreço, marcado à partida por grandes restrições de ordem financeira, decorrentes duma realidade de todos conhecida, particularmente de uma restrição que se viria juntar às anteriores e que se prendia com o fundo de apoio municipal. Confirmando o Presidente a informação já prestada em anterior reunião de Câmara ao vereador António Gomes, as verbas de aumento de receita seriam consignadas à dívida, no caso concreto, ao pagamento da dívida de médio e longo prazo e duma forma que julgava penalizar a Câmara duplamente, uma vez que esta, não teria necessidade de pagar a dívida em causa, até porque na maior parte dos casos seriam dívidas que se apresentavam com taxas de juro extremamente baixas, sendo que, o que poderia vir a acontecer, se a Câmara assim o pretendesse e a Assembleia Municipal o autorizasse, seria proceder-se à contracção de nova dívida, o que, naturalmente apresentaria valores referentes a taxas de juro bem acima daquilo que seria habitual em anos anteriores. Mais referiu serem, na essência, documentos de continuidade, que apontavam para as orientações já enunciadas no passado ano, existindo uma série de iniciativas que iriam sair dessas opções, estando a falar-se de obras que teriam sido já concretizadas, sendo algumas apontadas para o início de 2015, e, sublinhando que, fruto de todas estas circunstâncias e ainda do facto do quadro comunitário de apoio não se encontrar, nesta altura, em pleno funcionamento constatar-se que as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

grandes iniciativas, obras de maior envergadura a iniciar no próximo ano teriam quantitativos significativamente mais baixos do que em anos antecedentes. Mais aludiu o Presidente que em termos genéricos a Câmara apostaria num princípio de continuidade sendo que, para além dos prejuízos já referidos, teria um outro. Do ponto de vista de apoio social, aquilo que a Câmara fazia, muitas vezes, seria o recurso a esquemas de trabalho precário face àquilo que seriam as necessidades do município, pelo que seriam penalizados ainda mais no próximo ano, pelo facto do executivo se encontrar interdito de ultrapassar a verba com pessoal e, naturalmente aquele “pequeno” factor de aumento do salário mínimo, que obviamente a Câmara considerava abaixo daquilo que seria digno e necessário, acabaria por criar um constrangimento adicional, uma vez que este contaria para aquilo que se designavam “despesas com pessoal”.-----

-----Seguidamente pediu para intervir o vereador Francisco Canudo Sena, para, de forma sucinta, fazer uma análise preliminar ao Orçamento em termos formais e ao seu conteúdo. Começou por fazer referência à forma, salientando que os vereadores do Partido Socialista lamentavam que o Orçamento não tivesse merecido a possibilidade de audição por parte da oposição, nomeadamente no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, no respeito pelos mais elementares princípios da prática democrática e inclusivamente do enriquecimento na partilha de opiniões e recolha das mesmas. Mais aludiu que, embora compreendendo as dificuldades no envio dos documentos de certa complexidade, o facto da necessidade de apreciação destes, com algum critério e ponderação, embora tenha o prazo sido cumprido regimentalmente veio mostrar-se insuficiente para a elaboração de uma avaliação. Da análise do conteúdo do documento concluiu ir o mesmo ao encontro da observação feita pelo Presidente, que referiu ser um documento de continuidade, no entanto, segundo a sua opinião, nuns aspectos pela parte negativa, dado continuarem a verificarem-se valores apreciáveis de transferência para as empresas municipais o que denuncia que o funcionamento destas continuava a não atingir níveis de eficiência e de gestão capazes de por si “andarem”, situação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que lamentava. Mais disse que registava com agrado a preocupação que teria existido no reforço das verbas no capítulo dos apoios sociais, alertando contudo que a política de criação de emprego tinha permanecido inalterada, mantendo praticamente os mesmos valores do ano transacto, facto que lastimava. -----

-----Seguidamente no uso da palavra, o vereador António Gomes reiterou o que tinha sido dito pelo vereador Canudo Sena relativamente ao tempo que os vereadores haviam tido para analisar o documento em causa, assunto este que considerava de extrema importância, uma vez que, para que os mesmos se pudessem pronunciar de forma exaustiva e pormenorizada sobre um documento da importância que tinha o Orçamento de uma Câmara Municipal seria necessário analisá-lo com todo o rigor, confrontá-lo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais, bem como com legislação complementar e com a Lei do Orçamento, compará-lo com orçamentos efectuados em anos anteriores, com a execução, trabalho esse que, para poder ser realizado com rigor e de forma cabal necessitaria de mais tempo. Face ao referido o vereador mencionou que iria fazer algumas apreciações, começando por referir em primeiro lugar a questão do valor orçamentado de cerca de um milhão e cem mil euros, mais do que o valor orçado no ano 2014, constatando a existência de uma obrigação de consignar parte do valor à dívida, tendo o Partido Socialista objectivamente que concordar com a apreciação na forma como a Lei do Orçamento restringe a autonomia das autarquias, que seria no mínimo demasiado paternalista. Afirmou contudo que a maioria das regras impostas, teriam ao nível de uma boa gestão a ser adoptadas pelo responsável da autarquia, por essa razão, disse concordar com a maioria das restrições impostas. Prosseguiu referindo-se aos valores do orçamento, no qual constatou a existência de um acréscimo de receita em impostos directos no valor de sessenta e dois mil euros; do FEF trezentos e setenta e cinco mil euros; do fundo social municipal catorze mil euros e da participação no IRS doze mil euros, sendo estas receitas da autarquia conduzindo a uma minimização daquilo que será o endividamento da autarquia pelo que, apesar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

da questão relacionada com os juros relativos a novos empréstimos serem mais elevados dos que estavam contratados, seria sempre, em sua opinião salutar, que as autarquias não fizessem crescer demasiado o seu endividamento, concretamente no que se referia à autarquia de Moura. No que à questão das despesas dizia respeito, o vereador frisou haver alertado no ano transacto que por uma questão de transparência seria importante que as rubricas tivessem uma leitura mais ajustada àquilo a que estas efectivamente se destinariam, passando a explicar que, para as rubricas residuais “Outros” deveriam ir as despesas de menor importância e de menor valor, e o que constatou foi que, no caso da “Aquisição de serviços” cujo total orça em três milhões e oitocentos mil euros, mais de metade desse valor se encontrava em “rubricas residuais”, concretamente “outros trabalhos especializados” - um milhão duzentos e quarenta e oito mil euros; “outros serviços” – setecentos e oitenta e quatro mil euros, tendo observado nestas rubricas a previsão de mais de dois milhões de euros que, por uma questão de transparência seria importante conhecer onde iriam ser aplicados. Continuou o vereador António Gomes fazendo referência às Grandes Opções do Plano e reforçando o que o vereador Canudo Sena havia referido quanto ao ver com “bons olhos” o reforço das verbas para a acção social. Aludiu que o acréscimo de verbas para o investimento e emprego era pouco significativo sabendo os vereadores do Partido Socialista que a falta de emprego constituía uma das grandes lacunas no concelho, pelo que considerava importante tentar reforçar mais este tipo de verbas. No que se refere às GOP, verificou que em 2015 iriam ser pagos cerca de trinta e quatro mil euros referentes ao Edifício de Recepção ao Turista, o qual havia julgado que se encontrava pago na totalidade. Mais constatou que se encontravam orçamentados cento e dez mil euros de juros relativos a empréstimos, valor que considerava ter alguma expressão, referindo que deveria existir alguma cautela com o endividamento desta Câmara. Por fim, manifestou alguma preocupação face às empresas municipais à semelhança do vereador Canudo Sena, pelo facto da autarquia continuar a atribuir verbas significativas às referidas empresas e à Comoiprel. Referindo-se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

concretamente à Empresa Lógica considerou preocupante o facto de cinquenta e quatro por cento das receitas serem provenientes de subsídios e ainda o facto de mais de cinquenta por cento destes não se encontrarem especificados. Prosseguindo a sua análise mencionou que a prestação de serviços da Lógica representava apenas trinta e oito por cento da receita, o que, do seu ponto de vista seria escasso, o que não representava sinal positivo do ponto de vista da sustentabilidade da empresa. No documento da mesma, aludiu, não constar o referido balanço, que, não tendo obrigatoriamente que se encontrar apenso, teria sido importante para perceber qual o grau de endividamento desta. Já no que respeitava à Comoiprel, o vereador António Gomes referiu ver orçamentado nas receitas cem mil euros do Ministério da Educação, questionando se este financiamento estaria assegurado. Para finalizar, o vereador indicou que nas contas previsionais a Empresa Contenda teria previstos resultados líquidos positivos para o ano de 2015/2016/2017 no valor de sessenta e nove mil euros.-----

-----O Presidente interveio para confirmar que a entrega da documentação aos vereadores tinha de facto sido bastante curta, decorrente de várias dificuldades, não só de uma publicação tardia da Lei do Orçamento, como de informações prestadas pela Direção Geral das Autarquias Locais tardiamente, fazendo questão de reconhecer o mérito e o trabalho dos serviços da Câmara Municipal. Do ponto de vista técnico, o Presidente mencionou que, aquilo que uma Câmara faz num orçamento, acaba por não ser tão decisivo quanto parece, dada a existência de uma série de verbas, à partida já consignadas, nas quais a Câmara não pode de todo alterar. Ao falar-se em verbas de pessoal, verbas de investimento em curso ou verbas de dívidas que transitam de um ano para outro, esclareceu que estas se encontram consignadas à partida. Mais informou que, à semelhança das quantias que a Câmara tem a pagar referentes a iniciativas concluídas, também o executivo prevê recebe-las do IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, referindo estar a falar-se de um valor de quinhentos e cinquenta e quatro mil euros. O Presidente citou ainda uma frase do Dr. Jorge Sampaio: “Há vida para além do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

orçamento”, significando que a Câmara Municipal seria obrigada a trabalhar com essa realidade tratando-se quase que um regresso ao passado – 24 de abril de 74 – o que significava a diminuição da margem de manobra, de acção e de decisão das autarquias locais, prendendo-as com tarefas que estariam consignadas à partida, deixando-as com pouca margem de manobra. Mais salientou o facto de se pensar naquilo que representam as despesas com o pessoal, a água, o saneamento e com a rede eléctrica, cujo valor rondava o milhão de euros, apenas aquilo iria sobrar para gerir a Câmara seria um valor irrisório, daí mostrar desacordo com a opinião do vereador, quando este refere que, foi diminuída a dívida. No entanto, caso a Câmara a pretenda aumentar não existirão cento e dez mil euros de juros e seiscentos e sessenta mil de amortizações, apresentando-se valores significativamente superiores, diminuindo ainda mais esta margem de manobra da Câmara Municipal. Continuou o Presidente aludindo que, quanto se fala nas questões do apoio social, no documento, se prevê na rubrica “outros” um valor de trezentos e vinte e cinco mil euros que se reporta a programas ocupacionais, bolsas de estudo e outro tipo de apoios, confirma-se a existência de apoio social significativo que a Câmara pretende incrementar com a intervenção ao nível da habitação social, ressalvando no entanto, a existência de algo com a qual nunca teria estado de acordo, a ideia das Câmaras Municipais servirem de sistema complementar em termos de segurança social. Prosseguiu, referindo que a política de criação de emprego passaria segundo a óptica da Câmara, pela criação de infra-estruturas, informando que ao disponibilizar a partir do próximo mês de dezembro o Centro de Apoio a Micro Empresas a custo zero, a Câmara estará a criar condições para que estas se possam vir a desenvolver; igualmente ao concluir o Plano de Pormenor UP4 na Zona Industrial de Amareleja, acrescentou, criam-se condições para a criação de emprego, à semelhança do que havia sido feito de forma indirecta, mas relevante, aquando da intervenção na UP11 consentindo a criação de cerca de cem postos de trabalho. Quando ao mapa de pessoal, este veio a revelar-se restritivo, sendo certo que não deveria ser a Câmara Municipal a gerar emprego por si só, em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

todo o caso, mencionou, seria preferível até do ponto de vista de descompressão social que a Câmara tivesse essa possibilidade, uma vez que o tecto de despesas com o pessoal seria o mesmo, salientando ainda que ao haver um aumento por pequeno que este seja, ao nível do salário mínimo, a Câmara entra forçosamente num princípio de restrição. Para concluir o Presidente mencionou que todas as leis que vão sendo criadas ao nível da administração local, são leis que apenas servem para “enlear”, “entorpecer” e obrigar as Câmaras a terminar orçamentos muito antes do prazo que seria desejado, acabando depois o próprio Governo por não o cumprir, fazendo orçamentos rectificativos sucessivos. -----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para tecer alguns comentários face à intervenção do Presidente, concretamente na referência à rubrica “outros” que o vereador havia mencionado, sendo que este fazia menção à “aquisição de serviços, trabalhos especializados e outros serviços”. Relativamente à questão da dinamização do emprego disse concordar com a afirmação proferida pelo Presidente de que a infra-estruturação seria importante, servindo como base daquilo que um município poderia fazer para apoiar a actividade económica e a criação de emprego, acrescentando que, do seu ponto de vista, importaria valorizar mais neste documento, não tanto as infraestruturas mas sim as acções intangíveis. Continuou, fazendo referência ao sucedido com a dinamização do parque das micro empresas cujo impulso havia ficado por conta da Rota do Guadiana, não tendo em sua opinião surtido qualquer efeito, no momento actual, a autarquia havia chamado a si essa responsabilidade como tinha informado o Presidente, disponibilizando o espaço a custo zero, no entanto, entendia o vereador que isso só por si não seria suficiente, devendo ser criada actividade junto dos potenciais empreendedores, implicando que o município tenha junto destes últimos, uma organização dos serviços que iria permitir um acolhimento amigável e expedito dos processos relativos a potenciais investimentos, conduzindo ainda em simultâneo a uma actividade de pesquisa e contacto com pequenos investidores, os quais não seriam detectáveis por uma organização com a





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

dimensão da autarquia, mas sim, através de uma associação de desenvolvimento local como seria o caso da ADCMoura. Segundo o vereador, esta detinha uma vasta experiência em várias áreas destacando a das ervas aromáticas, com reconhecimento a nível nacional, deixando o vereador António Gomes a sugestão que a Câmara deveria aproveitar. Para finalizar, colocou uma questão relativa à Empresa Lógica referente ao Plano Provisional de Exploração, onde essa empresa municipal aplicou verbas no contrato programa concentradas no primeiro semestre, no entanto, recordava que no ano 2014 o mesmo contemplava a transferência de verbas mensais até final do ano, questionando se teria sido de facto feito desta forma, tendo observado que no actual documento, as verbas do contrato programa estariam apenas concentradas no primeiro semestre, pelo que questionava se iria de facto ser feito dessa forma. -----

-----O Presidente respondeu que quando anteriormente havia feito referência à verba “outros”, não estaria de forma nenhuma a responder à questão do vereador, mas sim, a mencionar uma outra realidade. Ao “pegar” nas GOP’s todas as rubricas constantes iriam ser vertidas naquilo que seriam os códigos de orçamento, os “outros” acabariam por significar uma verba em que acabava por “cair” tudo. Quanto ao apoio às empresas e ao investimento, o Presidente aludiu que, a Câmara Municipal de Moura é uma entidade bastante célere a decidir processos que tenham a ver com a área do investimento, tendo inclusivamente que andar “literalmente” atrás dos empresários para que diligenciem a entrega de documentação, ou procedam à conclusão de aspectos relacionados com o licenciamento, informando ainda que a Câmara possui terrenos à disposição, já atribuídos, e que contudo, os empresários haviam pedido prorrogação porque presentemente não conseguiam fazer face às despesas que um processo de investimento implicava. Relativamente ao papel das entidades, o Presidente esclareceu que o que iria ser feito no referido espaço seria da responsabilidade da Empresa Municipal Lógica, de acordo com o que se encontrava previsto nos respectivos estatutos. Reportando-se ainda à mesma empresa e ao seu financiamento, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Presidente informou que o pagamento não seria feito por trimestre como constava dos contratos programa, mas sim em duodécimos, pela simples razão da autarquia não ter fundos disponíveis, acrescentando que, na realidade, do ponto de vista financeiro a Câmara Municipal não tem vindo a cumprir os contratos, o que significava que as empresas municipais se estariam “aguentando” bastante bem, sem a devida injeção financeira por parte da Câmara. No entanto referiu que esta situação teria de ser revista, para evitar inclusive algum tipo de problema que pudesse surgir, pretendendo a Câmara fazer as transferências de forma mais atempada. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena, no uso da palavra, referiu que quanto à matéria da Empresa Municipal Contenda, seria sempre sua intenção encabeçar o grupo daqueles que tudo fariam para que a Contenda pudesse “chegar a bom porto”, referindo que não faria apreciações técnicas, contudo, em sua opinião, o Plano de Atividades parecer-lhe-ia uma “salada russa”, deixando expresso que, no que diria respeito ao plasmado no Orçamento, algumas das metas que este pretendia atingir complicavam a viabilidade de outras, tendo detetado claríssimas incompatibilidades, exemplificando com a pretensão de “*performances*” de desenvolvimento no âmbito da componente turística, e quando num determinado espaço da Contenda, mais concretamente no Monte do Alvarinho se pretenderia fazer uma camarata, pressupondo a instalação de um número considerável de pessoas, tal seria, em sua opinião, algo absolutamente incompatível. Mais aludiu que atingir níveis de desenvolvimento na componente turística conciliável com uma grande afluência de pessoas seria, em sua opinião, absolutamente impraticável. Relativamente a uma deliberação datada de 27 de agosto de 2014 em que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, um acordo tripartido entre a Câmara Municipal, a Herdade da Contenda e a Associação de Criação do Bovino Mertolengo, e tendo em conta, face à leitura do plano de atividades, que esse acordo não teria chegado a “bom porto” questionava as razões de tal ter sucedido. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O Presidente respondeu que a Associação de Criação do Bovino Mertolengo não tinha dado qualquer resposta à Câmara Municipal sobre o assunto, o que teria levado a que, no dia anterior à presente reunião, tivesse sido enviado novo ofício à associação em causa para que esta se pronunciasse em relação à matéria. -----

-----Pedi o uso da palavra a vereadora Fátima Ourives para manifestar, à semelhança dos outros vereadores do Partido Socialista, a limitação temporal para apreciação dos documentos em discussão, na sua maioria extensos. Referindo-se ao documento da Comoiprel, mais concretamente à previsão orçamental rigorosa referida na nota introdutória deste, disse ter verificado que, ao longo das rubricas era referido inúmeras vezes que as estimativas seriam baseadas nos cálculos das execuções financeiras e físicas dos anos anteriores. No que se referia à matéria da actividade de ensino e formação profissional esta suscitava-lhe algumas dúvidas, nomeadamente no que se referia ao ano letivo 2015/16 quando era mencionado que iriam “estar no terreno”, seis cursos de ensino secundário nível quatro, questionando se dois deles iniciar-se-iam já neste ano ou já haviam sido iniciados; quanto aos outros quatro cursos verificou que iriam terminar, dois deles em 2015, os outros no ano 2016, sendo substituídos por cursos vocacionais de terceiro ciclo, inexistindo qualquer outra previsão. Ainda na nota introdutória, referiu a vereadora, encontrar mencionado o Projeto Cobnatur, o qual, face ao contexto económico iria ficar suspenso aguardando as candidaturas ao POPH. No entanto verificou que ao nível do marketing territorial existiam rubricas que previam a implementação de metas e indicadores de referência englobadas no referido projeto, daí a dúvida de se encontrar ou não suspenso e de poderem ser desenvolvidas atividades ainda antes da decisão das candidaturas. -----

-----O Presidente retorquiu serem matérias diferentes, o Cobnatur havia sido suspenso e retirado daquilo que seriam as atividades da Comoiprel pela necessidade de cofinanciamento. Adiantou que o projeto em causa, para que pudesse avançar e se firmar no terreno precisaria de um investimento na ordem dos cento e dezasseis mil euros, o que objectivamente não se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

conseguiria, acarretando constrangimentos no projeto bem como naquilo que seriam as suas componentes mais pesadas implicaria construção, aquisição de serviços, que a Câmara não teria capacidade financeira para avançar. Referiu ainda que os projectos se encontravam todos concluídos com reconhecido mérito. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA APROVAR O ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015 E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -

-----O vereador Joaquim António Senrada Simões esteve ausente durante o período da votação. -----

-----MAPA DE PESSOAL -----

-----DOC.02/27 -----

-----Foi presente para apreciação a proposta referida em epígrafe.-----

-----O Presidente fez uma pequena nota introdutória referindo que os documentos constantes da proposta teriam a validade de um ano, tendo sido deles expurgado, na medida das possibilidades existentes, os lugares que se sabiam à partida que não poderiam ser preenchidos no ano de 2015, de forma a manter a despesa num valor suportável.-----

-----No âmbito do assunto em discussão, o vereador Francisco Canudo Sena referiu que de acordo com uma apreciação feita de forma muito rápida, constatou estarem previstos a criação de quinze lugares no quadro de pessoal, representando diversas categorias, sendo maioritariamente técnicos superiores, não tendo encontrado contudo nenhuma justificação para esse número. -----

-----Face à dúvida suscitada a vereadora Maria do Céu Rato informou que os lugares a criar seriam os de nove assistentes operacionais, um assistente técnico e quatro técnicos superiores. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O MAPA DE PESSOAL 2015 E SUBMETER PARA APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O vereador Joaquim António Senrada Simões esteve ausente durante o período da votação. -----

-----PROPOSTA DE ACORDO DE TRANSAÇÃO ENTRE AS ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REFERENTE À DÍVIDA ACUMULADA A 30/10/2014 -----

-----DOC.03/27 -----

-----Foi presente proposta de Acordo de Transação entre as Águas Públicas do Alentejo e a Câmara Municipal de Moura referente à dívida acumulada a 30 de outubro de 2014. -----

-----No âmbito do presente assunto o Presidente prestou um pequeno esclarecimento, aludindo que existiria uma dívida oriunda de mandatos anteriores às Águas Públicas do Alentejo considerando estar na altura de colocar as contas em dia, pretendendo efectuar esses pagamentos num horizonte de cinco anos e em simultâneo pagar pontualmente a despesa da água. Adiantou que esta seria assumida de forma gradativa tendo as Águas Públicas do Alentejo limites de não concentrar cinquenta por cento no último ano e para que houvesse algum equilíbrio, a Câmara tentou na medida do possível “jogar” com aquilo que serão as verbas do quadro comunitário de apoio. - -----

-----O vereador Canudo Sena frisou ter alguma dificuldade em entender a proposta apresentada, referindo ter também dúvidas por que estavam a ser colocadas duas hipóteses, as alíneas a) e b). Apesar da total confiança, pretendeu o vereador, enquanto político, ver esclarecida qual a opção preferida do Presidente, para que também os vereadores do Partido Socialista, poderem decidir sobre a matéria. -----

-----O Presidente esclareceu que, o que estaria a ser proposto encontrava-se no quadro anexo, na parte da amortização de capital, invocando a presença da Dr<sup>a</sup> Maria de Jesus Mendes para que prestasse esclarecimentos adicionais, que começou por elucidar que se colocavam as duas hipóteses por a Câmara desconhecer ainda a possibilidade de integração da infraestrutura da Fonte da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Telha em candidatura pelas Águas Públicas do Alentejo. O Presidente acrescentou que a situação se deveria aos investimentos feitos pela Câmara Municipal, ao longo de uma série de anos, existindo uma série de material, desde as captações até à conduta, que passariam a ser património das Águas Públicas do Alentejo, existindo ainda a dúvida quanto à possibilidade da elegibilidade ou não no âmbito do quadro comunitário desses investimentos feitos pela autarquia. A Dr.<sup>a</sup> Maria de Jesus Mendes prosseguiu, esclarecendo que, aquando da negociação havia sido vista toda a documentação existente e todo o investimento realizado tendo sido o próprio técnico a fazer a proposta. Aguardando-se pois, a possibilidade do município ser reembolsado do valor investido, ou, inexistindo essa candidatura tal não viria a acontecer, sendo a empresa a pagar à Câmara.-----

-----O vereador Francisco Canudo Sena solicitou ao Presidente que assim que existisse essa resposta agradecia que os vereadores do Partido Socialista fossem informados, tendo solicitado seguidamente o vereador António Gomes cinco minutos para procederem à análise dos respectivos mapas. -----

-----Decorrido este período, o vereador António Gomes, depois de analisar o plano prestacional constante do mapa, disse terem os vereadores do Partido Socialista verificado que a proposta teria um encargo menor nos anos 2015/2016 e mais elevado nos anos posteriores, referindo o ano 2018 em que triplicaria o valor da prestação referente ao de 2015, o que significava, em sua opinião, que o plano apresentado iria onerar mais a autarquia num próximo mandato do que no actual. Face à análise referida, concluiu que os vereadores não poderiam votar favoravelmente a proposta.-----

-----DELIBERADO, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DE ACORDO DE TRANSAÇÃO ENTRE AS ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REFERENTE À DÍVIDA ACUMULADA A 30/10/2014 .-----

-----DIVISÃO CULTURAL, PATRIMÓNIO E DESPORTO-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE REALIZAÇÃO EM MOURA DAS XXII JORNADAS SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU, ORGANIZADAS PELO MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA (MINOM) E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA -----

-----DOC.04/27 -----

-----No âmbito da realização XXII jornadas sobre a Função Social do Museu, foi presente proposta da sua realização em Moura, organizadas pelo Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e a Câmara Municipal de Moura.-

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE REALIZAÇÃO EM MOURA, DAS XXII JORNADAS SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO MUSEU, ORGANIZADAS PELO MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA (MINOM) E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA. -----

### -----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

### -----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta e cinco minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 30 de outubro de 2014

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_